

## Geração Intelectual e o Poder: Trajetórias na Antiguidade

Marcos Luis Ehrhardt

Resumo: Preocupações com as questões de ética, moral e melhor forma de governo sempre foram uma grande preocupação e objeto de reflexão dos autores antigos greco-romano. Assim, o presente trabalho objetiva discutir a trajetória intelectual bem como suas contribuições para uma história das idéias políticas de três autores da Antiguidade, mais especificamente no primeiro século da era cristã. São eles: Sêneca, Lucano e Columela. Quando nos debruçamos sobre a literatura política e moral da sociedade greco-latina, é imperioso constatar a relação existente, em quase todas as épocas da Antiguidade, entre o governo e os pensadores, e mais especificamente ao que nos interessa, entre o governo imperial romano e os filósofos e/ou moralistas. Para exemplificar essas relações em diferentes épocas e lugares, há farta literatura que demonstra esse estreito diálogo entre saber e poder. Há uma tendência, na historiografia sobre as relações entre estoicismo e política, em enfatizar o caráter marcadamente pessoal e individualizante da ética estoica, sobretudo a partir do, assim chamado, médio estoicismo, representados pelas figuras de Epitecto, Sêneca e Marco Aurélio. Para o desenvolvimento do presente estudo, nos inclinamos as contribuições e reflexões da História Intelectual, principalmente do conceito de “geração intelectual”, tanto do que se considera “mesma geração”, quanto do que se considera “sequência de geração. Estes nos permitem estudar entre outros aspectos, os movimentos intelectuais e seus itinerários, e ainda para perceber permanências e rupturas de pensamento. Ao que nos interessa aqui, no que tange ao poder e ao modelo de governante ideal criado ou pensado para o principado romano, assim como servir de modelo para épocas vindouras. São vozes que falam e também escrevem textos em momentos que se encontram vinculados ao poder imperial. Os três autores supracitados vinculam-se direta ou indiretamente a uma tradição de pensamento que remonta à Grécia helenística, ao estoicismo, principalmente no seu campo ético e a modelos políticos com ênfase no chamado “rei-filósofo” derivados do pensamento platônico e aristotélico. Partimos da perspectiva que em se tratando de abordagens que elegem recortes espaço-temporais distantes, a contribuição de novos paradigmas para “velhos” temas é fundamental, quer seja reler ou reinterpretar sob um novo olhar fontes conhecidas por uma longa tradição intelectual e de história do pensamento.

Palavras-Chave: Geração Intelectual, Antiguidade, História Intelectual, Idéias Políticas.

Partimos da perspectiva que em se tratando de abordagens que elegem recortes espaço-temporais distantes, a contribuição de novos paradigmas para “velhos” temas é fundamental, quer seja reler ou reinterpretar sob um novo olhar fontes conhecidas por uma longa tradição intelectual e de história do pensamento.

Assim, elegemos como paradigma a História Intelectual, e mais precisamente, o conceito de “geração intelectual” para tratar do nosso tema: como autores coevos trataram da questão do poder e do governante ideal para o principado romano, no primeiro século da era cristã.

O conceito de *geração* aparece como um instrumento importante para o estudo de movimentos intelectuais e seus itinerários. Segundo Helenice Rodrigues da Silva, (2003: 23) “o conceito de geração se predispõe a uma multiplicidade de aplicações, tendo, em suma, valor relativo. Uma segunda constatação: a noção de contemporaneidade parece ser operante e operatória para o estudo da História dos Intelectuais e a História Intelectual”.

Destacariamos ainda, que considerando a dimensão da história, o referido conceito torna-se um campo privilegiado para se perceber as idéias de ruptura e mudança de pensamentos, paradigmas, entre outros. Ainda tomando como base as reflexões de Silva, temos as noções de “mesma geração”, ponderando as influências semelhantes, assim como a noção de “sequência de geração”, no qual chama a atenção as idéias de aquisição e transmissão.

Por fim, para Silva, (2003: 24) “na verdade, a noção de geração pode se revelar um instrumento conceitual importante para desvendar a história das representações coletivas, ou seja, a paisagem intelectual e moral de uma época, os sistemas de valores e as sensibilidades coletivas”.

A presença dos termos intelectuais e *intelligentsia* no século dezanove consolida tendências políticas e intelectuais de longa duração, uma vez que os guardiões de Platão na *República*, as trajetórias públicas de Cícero no Império Romano ou de Voltaire na França pré-revolucionária prenunciavam este encontro entre cultos e esfera pública.

Logo, poderíamos afirmar que: enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, bem educado, culto representam adjetivos associados a sujeitos privados, os termos *intelligentsia* e intelectuais representam substantivos que conotam um sujeito coletivo em ação na esfera pública. Em outros termos, na História Intelectual a emergência e o uso coloquial das palavras intelectuais e *intelligentsia* representaram uma mudança significativa de percepção, em função de uma mudança no comportamento político das elites cultas. Para Carlo Marletti, a palavra *intellectuel* aparece na língua francesa na segunda metade do século XIX. Mais próximo a isso era o conceito de inteligencija, neologismo de um autor russo que Turgeneev divulgou. Sua “oficialização” se dá em 1898 no Manifesto dos Intelectuais do caso Dreyfus.

### **Círculo dos estoícos.**

Quando nos debruçamos sobre a literatura política e moral da sociedade greco-latina, é imperioso constatar a relação existente, em quase todas as épocas da Antiguidade, entre o governo e os pensadores, e mais especificamente ao que nos interessa, entre o governo imperial romano e os filósofos e/ou moralistas. Para exemplificar essas relações em diferentes épocas e lugares, há farta literatura que demonstra esse estreito diálogo entre saber e poder.

Há uma tendência, na historiografia sobre as relações entre estoicismo e política, em enfatizar o caráter marcadamente pessoal e individualizante da ética estoíca, sobretudo a partir do, assim chamado, médio estoicismo e das obras de Sêneca, Epiteto

e Marco Aurélio. Uma ética centrada no “autocontrole de si” e para a qual a questão da liberdade se resolve individualmente, pelo controle das paixões e pelo estar satisfeito com o que se possui, baseando-se, ao mesmo tempo, numa confiança absoluta na providência divina e no reconhecimento da “inelutabilidade do destino”. Essa imagem, verdadeira em linhas gerais, não deve fazer-nos esquecer que o estoicismo romano, possuía também uma forte dimensão política, estreitamente vinculada à sua adoção por parte significativa da elite política romana desde o final da República. No seio desta elite, o estoicismo atuava como fonte de uma ética ao mesmo tempo pessoal e coletiva, que dava sentido à sua participação na vida pública e permitia unificar, no universo de suas relações, sua vida privada com sua existência pública. Na Carta de número 73,2-4, enviada a Lucílio, Sêneca evidencia-se a relação estreita que se estabelece entre o príncipe e o filósofo quando afirma: Os filósofos, portanto, que nos seus esforços com vista a uma vida consagrada à moral só tem a beneficiar com a segurança social, veneram como a um pai o príncipe a quem devem tal benesse (...) apenas esse homem pode testemunhar desinteressadamente em favor do príncipe e ter em relação a ele, sem que este o saiba, uma enorme dívida de gratidão (1991: 288).

A participação dos estóicos na vida do estado manifestou-se, com particular força, sob o principado de Nero, o último dos imperadores Júlio-Cláudios, cujo reinado, sob muitos aspectos, é uma chave para entendermos os conflitos políticos e a evolução das doutrinas políticas no primeiro século do Império. Pretendo mostrar que a ascensão de Nero foi planejada, representando, para os estóicos da nobreza senatorial, uma oportunidade ímpar, única na História romana, de concretizar sua doutrina política e realizar, no plano terreno, a Cosmópolis de Zenão.

Aplicado no campo político o estoicismo torna-se uma concepção de estava imbuído de um forte caráter cívico, pois tinha como objetivo a fidelidade do homem para com o outro homem. Sêneca, por exemplo, almejava dirigir-se à consciência moral de cada habitante do império, pois reconhecia a existência das redes clientelares e suas vicissitudes e estava ciente de algumas desigualdades presentes na Roma de seu tempo.

A constatação de que a condição moral das pessoas se mostra quase sempre extremamente complexa e bastante ambígua, torna essa filosofia, uma espécie de “guardiã” de valores ideais e nobres, pois remontava a uma fortíssima tradição greco-helenística, pois carregava a possibilidade de ser um depositário de virtudes para se aplicar, quando houvesse necessidade, ao universo político romano e também não romano. A filosofia do estoicismo defende claramente a participação dos seus iniciados na vida pública e, portanto, política da cidade.

Essa participação ativa e positiva, contudo, aparece ocultada pelas fortes distorções operadas, a partir da morte de Nero, na memória sobre os eventos de seu breve governo. Para muitos historiadores posteriores, Nero passou a representar o exemplo, por excelência, do tirano, do mau príncipe, lascivo, cruel, ambicioso, escravo do medo e da paixão, ou seja, ou contra-modelo. A memória sobre seu reinado está contido, em grande medida, pelo relato contido nos *Anais* de Tácito (livros XIII a XVI). A narrativa de Tácito, e sua visão do Império, ainda dominam a maioria das interpretações sobre as lutas políticas, a própria participação do Senado – e dos senadores estóicos – na vida pública do Império. Tácito não se incluía, certamente, entre os “filósofos”, nem via a filosofia com olhos plenamente favoráveis.

Para (GUARINLELLO, 1996) ao contrário do que Tácito quer fazer crer, esse projeto não foi uma veleidade pessoal de Sêneca, mas envolveu os demais grupos estóicos, em particular o ativo grupo de senadores liderados por Thrasea Paetus.

Para o estudo em questão, nos ocupamos de três importantes autores que de

maneira direta e/ou indireta, participaram do poder durante a presença da dinastia Julio-Claudia no principado romano, são eles: Columela, Lucano e Sêneca. O estudo de uma geração de autores nos permite procurar perceber as filiações intelectuais, os jogos de influências, as suas trajetórias pessoais e profissionais, aos moldes do que nos diz (DOSSE, 2006), “o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria”. Assim, poderíamos nos perguntar: Como ele emerge em uma dada sociedade? Como ele pode ser entendido e definido? Trata-se de uma simples categoria sócio-profissional, pressupondo uma atividade intelectual ou de um simples grupo social (a elite erudita)?

No que tange ao chamado “círculo dos estoicos”, duas possibilidades de leitura: a primeira a leitura diacrônica, ou seja, as leituras em diversas épocas para entender as influências, permanências, contradições, enfim a fortuna crítica das obras; a segunda, uma leitura sincrônica, quer seja, o contexto intelectual (relação do sujeito biografado e seus engajamentos, escolhas, silêncios, entre outros. Passamos a uma análise dos autores escolhidos para a presente discussão.

## Columela

Nasce por volta do ano 10 d.C. e falece no ano 70 d.C. Considerado um agrônomo e agricultor romano nascido em Gades, hoje Cadiz, então região Bética, foi amigo de Sêneca e seguidor das idéias sanitárias de Vitruvius e Terêncio. Foi também contemporâneo do imperador Nero, mas temos poucos dados de sua vida. Quando jovem dedicou-se as atividades militares; mais tarde se dedica a agricultura possuindo terras na Itália. Nos chama a atenção sua grande paixão pela leitura de obras literárias. Mesmo se considerando um fazendeiro, Columela fez parte dos mais altos círculos sociais do Império dado seu gosto pela intelectualidade pois escreveu obras sobre agronomia e agricultura, como *De Re Rustica*, ou *Das coisas do Campo*, em doze livros, a mais completa sobre agricultura, da Antigüidade, inspirada em obras anteriores de Catão, Varrão e outros autores latinos e gregos, no qual se debruça a analisar os trabalhos de campo, incluindo pecuária, produção e armazenamentos de cereais etc. Outra obra importante foi *Liber de arboribus*, ou *Libro das árvores*. Morreu em Tarento, território italiano, e deixou uma obra considerada o mais amplo documentário sobre a agricultura romana.

A já citada obra de Columela, *De Re Rustica*, segundo Joly (JOLY, 2003), foi arquitetada nos marcos do principado de Nero. Assiste-se a uma espécie de concentração de poder nas mãos do imperador, ao mesmo tempo em que diversos autores se propõem a tentar estabelecer um limite para este mesmo poder. Não sem razão, algumas comparações feitas pelo autor entre *domus* e *res publica*, no qual apresenta a *uilla* como um pequeno Estado, em cujo topo está o proprietário comparado ao imperador do império romano.

Em outros aspectos, almeja defender a agricultura como atividades nobre, ao mesmo tempo que visa denunciar o empobrecimento da agricultura romana, as mazelas do campo quando afirma: Eu me espanto por certo de como os homens, em todas as outras artes, buscam os melhores ofícios para se servirem deles, e são nesta que mais se revelam, serem as piores. E de todas as outras, ainda que sejam vãs, inúteis, viciosas e afastadas da virtude, existem os mestres que ensinam, e discípulos aptos a aprender: só o que cabe a agricultura não ha mestres nem discípulos. As outras artes ou ajudam ou ornem a vida dos homens (...). De muitas artes vivem os homens que se não podem

exercitar sem escrúpulo da consciência, como é a guerra, a qual não se pode fazer sem crueldade e roubos e danos de muitos. Outras, ainda que necessárias, são perigosas, como a navegação (...). Outras combatem não somente a consciência e a vida, mas também a honra.

Ainda para (JOLY, 2003) Columela, em sua principal obra, se delonga em descrever as relações pessoais entre o proprietário e sua escravaria. Essa mudança de posicionamento não é apenas de ordem econômica, mas de ordem política, uma vez que faz referências as transformações na função da aristocracia romana, o que não deixou de ter seus reflexos na organização do espaço e do poder na *uilla*. Tais transformações referem-se ao próprio processo de transição da República para o Principado, quando assistimos a uma redistribuição de poder e autoridade no seio da aristocracia. Columela compara o proprietário da *uilla* a um *imperator*, uma titulação militar.

JOLY (2003) no diz que o relacionamento entre proprietário e escravos é apresentado como uma imagem especular da relação entre imperador e senado em Roma. Essa imagem pode ser depreendida da narrativa de Tácito nos *Anais*, acerca do período neroniano, onde vemos um Nero respeitador das tradições e das leis, e fazendo valer sua vontade perante um senado dividido por posições políticas divergentes.

## Lucano

Natural de Córdoba, sobrinho de Sêneca; nasce em 39 e morre em 65 d.C. Sua obra em destaque é intitulada-se *Farsália*, local de embate entre as forças do final da república romana. É claramente um libelo republicano, no qual visualizamos elogios a figura de um Catão, por exemplo. Mas podemos observar nele, considerando o autor com claras vinculações com a filosofia do estoicismo, certa exaltação a figura do imperador como “rei-filósofo” e procurar enxergar no advento do governo neroniano esta possibilidade, principalmente se levarmos em consideração os versos 33 e 66. Nos versos I, 63-6, vemos um Lucano comparando Nero a um outro Augusto, assim com fez Sêneca no *De Clementia*. Senão vejamos: “Mas para mim já és um deus; e se, como um vate, te aceito no meu peito, não desejo invocar o deus que revela os segredos de Cirra, nem fazer Bacoretornar de Nisa: tu és o bastante para dar vida a um poema romano”.

Dadas essas considerações podemos entender e levar o elogio a sério, pois Lucano pode, na generosidade do seu idealismo de jovem, antes do rompimento com o imperador, ter visto em Nero características extraordinárias, capazes de motivarem o elogio. Isso não parece necessariamente estranho, se lembrarmos que, de fato, os historiadores referem um período - o *quinquennium Neronis* - em que o imperador foi capaz de colocar a ambição a serviço do bem público, sendo possível à história destacar, nesse período, medidas de grande senso administrativo sobressaindo no lodo imoral da corrupção cortesã dos caprichos do jovem governante. Convém lembrar de Suetônio, quando o mesmo registra a declaração de Nero, ao assumir o poder, de que reinaria de acordo com os princípios de Augusto. E comenta que o jovem imperador não perdeu nenhuma oportunidade de demonstrar sua liberalidade, sua clemência e até sua amabilidade. Comprova a efetividade do compromisso de Nero, enumerando uma série de medidas administrativas a bem do povo, dos soldados e até da aristocracia. Fica claro que o jovem governante tomava medidas francamente favoráveis e capazes de seduzir o povo crédulo ou até mesmo mentes jovens menos experientes. O elogio, então, seria um componente compreensível no contexto dos três primeiros cantos da *Farsália*.

Fator de inspiração para Lucano, que compartilha com Sêneca o ideal filosófico do governante ideal. Podemos afirmar que tanto Lucano, quanto Sêneca elaboram parte de suas reflexões a partir de uma espécie de literatura de “espelho de príncipe”; ainda

que o gênero não existe, existe uma metodologia muitíssimo semelhante com aquele inaugurado no medievo europeu séculos mais tarde.

Ao final, como um profeta, Lucano percebe sua queda e condenação quando afirma no canto IX: “Pois se alguma coisa às musas do Lácio élcito prometer, / por quanto tempo há-de subsistir a fama do poeta de Esmirna...” Ao final, lhe sobra o suicídio forçado por um Nero raivoso e vingativo. Ainda assim, Farsália no permite visualizar um autor que muda de opinião, de postura ao longo da elaboração de sua obra. Tais elementos estão influenciados pelas suas experiências pessoais e políticas, influências intelectuais e escolhas ao longo da breve vida do escritos cordobês.

## Sêneca

Sêneca. Assim como seu sobrinho, também é natural de Córdoba. Teria nascido em torno do ano 1 d.C. e morre em 65 d.C. Escreveu muito e sobre muitos assuntos. O projeto senequiano abarcou três aspectos, ou até propôs três modelos, que para nós constitui o “homem senequiano” e foram temas recorrentes nos seus textos, a saber: o príncipe, o cidadão e o filósofo. Sêneca é o próprio modelo; foi cidadão, antes de assumir cargos no Senado romano, quando se retira do poder em 62; exerceu o ofício de filósofo durante toda a sua vida, inclusive quando esteve estreitamente atrelado ao poder; foi, porque não arriscar dizer, o príncipe, se não de direito, mas de fato, pois teve em suas mãos o principado nos primeiros anos da administração neroniana. Convencer a um amplo público, ou de forma mais direta seus pares no Senado de que Nero tinha a virtude da inocência não era tarefa fácil, pois o príncipe assumira o trono rodeado de desconfianças. É preciso considerar que Lucius Seneca manteve-se fiel aos seus propósitos do início ao fim da sua vida, prioritariamente no campo educacional. Falo educacional, pois a recorrência dos temas por ele abordados, a constância dos mesmos, demonstra claramente seus propósitos. Com o “educar-se a si próprio”, como cidadão e filósofo, as leituras feitas ao longo da vida e a produção dos seus textos são instrumentos para um constante aperfeiçoamento ético e moral.

Toma praticamente as rédeas do poder e vê suas pretensões de um governo de feição estoíca desandar ao longo da administração de Nero. Mas, é preciso considerar que acreditamos que Sêneca estava ciente daquilo que o governo de Nero alcançou no período em que ele orientou o príncipe no poder. As atitudes de clemência, bondade e retidão tomadas por Nero, seguramente se deram por influência e orientação de Sêneca, além do sucesso obtido pelo príncipe nos discursos proferidos no e para o Senado, todos da lavra do pensador estoíco.

Assim como Lucano, Sêneca se reporta a Augusto e a inserção de seus feitos – na medida em que seu governo mostrou-se modelar – e são trazidos em diversas passagens do texto senequiano de forma comparativa, para que se possa, dessa maneira, aumentar ainda mais a credibilidade de Nero e da sustentação ao seu governo. Depois de relatar as ações do divino Augusto, a comparação mais uma vez com Nero é bastante clara e reforça suas intenções de normatizar a sua administração: tais coisas fez Augusto quando velho, ou quando seus anos já o inclinavam para a velhice. Na juventude inflamou-se e a cólera arruinou-o; fez muitas coisas as quais voltava os olhos constrangidos. Ninguém ousara comparar a tua mansidão à do divino Augusto, mesmo se fossem levados à disputa os teus anos juvenis e a velhice dele, mais do que madura. (1990: 61)

Seu projeto político-filosófico-moral já aparece alinhado em diversos textos, inclusive os da sua juventude, como por exemplo, o tratado *De Ira*, escrito nos anos 40. A efetivação acontece - a partir daquilo que discorre no *De Clementia*, mesmo que

parcialmente e por um curto espaço de tempo – no início do governo neroniano, juntamente com Lucano, Columela, Pérsio, entre outros.

Parte da sua pretensão de ficar para a posteridade a partir de seu projeto, se concretizou algum tempo depois, mais especificamente no segundo século quando Trajano recebe a alcunha de *optimus maximus*, fez uma referência ao *felix quinquennium*, o feliz quinto ano do império romano entre 54 e 59 depois de Cristo; foi o período em que Sêneca efetivamente participa do poder.

Quando Sêneca detectou que o governo de Nero havia sucumbido ele potencializa as críticas feitas aos representantes da dinastia Júlio-Cláudia, inclusive seu pupilo. Sêneca se coloca como um dos grandes representantes da liberdade romana há muito tempo perdida, um verdadeiro mártir frente à tirania a que o governo de Nero se encaminhava.

A partir das considerações acima, torna-se possível definir o lugar dos três autores no desenrolar dos acontecimentos que marcaram a vida de Roma do primeiro século depois de Cristo, principalmente na construção da memória da dinastia Julio-Claudia.

Apesar das poucas incursões no universo das idéias políticas — se comparado com outros autores do mesmo período — Columela, Sêneca e Lucano podem ser considerados grandes pensadores políticos na medida em que suas reflexões possuem expressiva inserção através do diálogo estabelecido com seus contemporâneos e com autores que o precederam.

Assim, os consideramos intelectuais que de alguma forma, almejavam propor e construir possibilidades para a vida política e moral da sociedade. Na verdade, essas figuras se consideram aptas e capazes em pode falar sobre a sabedoria. Perfilam-se como agentes teóricos por excelência, capazes de propor e levar a cabo uma nova “*Paidéia*”. Consideramos que o intelectual pode sim ser considerado um homem sábio capaz de propor e levar a cabo mudanças no modo de ser e de pensar de uma sociedade, como uma espécie de guia espiritual, não apenas para seu círculo de amigos e pares, mas para fazer o possível e o impossível no intuito de curas todos os males da sociedade em que vive.

Para concluir, podemos afirmar que foi durante o principado de Nero, que assistimos ao desejo de ver realizar o sonho de Platão e Aristóteles do governo dos homens, a partir de orientações filosóficas. Os três autores trabalhados aqui podem ser definidos como intelectuais, em pelo menos uma acepção da palavra: como homens que colocam seu prestígio ao bem comum e defendem valores de justiça e de verdade.

## Referências

### Fontes:

COLUMELA. *De Re Rustica*. Tradução de Carlos Morais. Lisboa: Portugal, 2009.

LUCANO, M. Anneu. *Farsalia*. Introducción, Traducción y notas de Antonio Helgado Redondo. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

\_\_\_\_\_. *Tratado sobre a Clemência*. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

### Referências Bibliográficas:

- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- BALDINI, Massimo (org.) *Amizade e filósofos*. Bauru/SP: Edusc, 2000.
- BENOIT, H. FUNARI, P. (orgs.) *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- BRUN, Jean. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- CARVALHO, Aécio. Flávio de. *A Farsália, de Lucano: importância na evolução do epos*. In: *Acta Scientiarum*. Maringá, 23, 2001.
- FINLEY, M. I. *História Antiga: modelos e testemunhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. São Paulo: Passagens, 1992.
- GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estóico: o duplo registro da Stoa*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GUARINELLO, Norberto. “Nero, o Estoicismo e a Historiografia Romana”. *Boletim do CPA*. Campinas, n. 1, jan/jun, 1996.
- JOLY, Fábio Duarte. *Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n.45, 2003.
- LA VEGA, Maria José Hidalgo de. *El intelectual, la realeza y el poder político em el imperio romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, s/d.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. São Paulo: Papyrus, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: Rémond, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- ULLMANN, Reinhold. *O estoicismo romano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1966.
- VEYNE, Paul. *A sociedade romana*. Lisboa: edições 70, 1993.